VIII SIMPÓSIO DE PESQUISA EM DIREITO

DIREITO, INCLUSÃO SOCIAL E NOVAS TECNOLOGIAS







FOA

Presidente

Eduardo Guimarães Prado

Diretor Administrativo Financeiro

Iram Natividade Pinto

Diretor de Relações Institucionais

Júlio César Soares Aragão

Superintendente Executiva

Josiane da Silva Sampaio

Editora FOA

Editor-chefe / Diagramação

Laert dos Santos Andrade

Diagramação

Ubiracy Junior

editora.unifoa.edu.br

UniFOA

Reitora

Procuradora Educacional Institucional

Ivanete da Rosa Silva de Oliveira

Pró-reitor Acadêmico

Bruno Chaboli Gambarato

Pró-reitora de Extensão

Ana Carolina Callegario Pereira

Pró-reitor de Pesquisa e Pós-graduação

Igor Dutra Braz

Pró-reitor de Educação a Distância

e Tecnologias de Ensino

Rafael Teixeira dos Santos

Pró-reitor de Planejamento

e Desenvolvimento

Marcio Frazão Guimarães Lins

FICHA CATALOGRÁFICA

Bibliotecária: Alice Tacão Wagner - CRB 7/RJ 4316

S612a Amorim, Úrsula Adriane Fraga.

Anais do VIII Simpósio de pesquisa em direito: direito, inclusão social e novas tecnologias. / Organizado por Úrsula Adriane Fraga Amorim; Álvaro dos Santos Maciel; Daniele do Amaral Souza Cavaliere; et al. – Volta Redonda: FOA,

2023. 13 p.

Possui vários organizadores

ISBN: 978-65-88877-78-4

1. Direito. 2. Tecnologia. 3. Direitos sociais. I. Fundação Oswaldo Aranha. II. Centro Universitário de Volta Redonda. III. Título. CDD - 340 / CDD: 920.71





A inteligência artificial e a padronização de sentenças

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo investigar como algoritmos de inteligência Artificial podem ser empregados para automatizar a tarefa de padronizar sentenças, também aborda o crescimento da aplicação da IA na facilitação de desenvolvimentos de trabalhos, pesquisas, repostas entre outros. A pesquisa começa por fundamentar a IA, posteriormente montando sua linguagem natural, e também mostrando destacando como a falta de padronização pode prejudicar a credibilidade de textos em várias áreas, incluindo a escrita acadêmica, legal e empresarial. Em seguida, o artigo descreve como os modelos de linguagem baseados em IA, como o GPT-3, têm demonstrado um desempenho notável na tarefa de revisar e aprimorar a coesão e a estrutura das sentenças. O estudo apresenta exemplos práticos de como a IA pode identificar problemas comuns de padronização, como ambiguidades, repetições e estruturas frágeis de sentenças, oferecendo sugestões de correção automáticas. Além disso, destaca a importância de treinar esses modelos em corpora diversificados para garantir sua eficácia em diferentes contextos. Discute-se as implicações éticas e os desafios associados ao uso generalizado da IA na padronização de sentenças, incluindo preocupações com vieses algorítmicos e a necessidade de supervisão humana. Conclui enfatizando que, quando usada com cuidado e responsabilidade, a IA pode ser uma ferramenta poderosa para melhorar a clareza e a consistência da linguagem escrita em diversas áreas, contribuindo assim para uma comunicação mais eficaz e precisa.

Palavras-chave: Direito; Inteligência artificial; Padronização de sentenças





A ideia de justiça no pensamento humanista de Thomas More

RESUMO

O pensamento de Thomas More sobre justiça é fascinante. O destacado humanista e renascentista inglês é conhecida por descrever uma sociedade ideal com características organizacionais que buscam a ideia de justiça, razão pela qual faz crítica a ineficácia gestão dos reis e, consequentemente, as desigualdades sociais sofridas pela população. O objetivo geral desta pesquisa é mostrar as características desse mundo "utópico" descrito por Thomas More, considerando o espaço geográfico de uma ilha vivenciado por famílias e com estrutura política definida. De maneira específica, o objetivo é refletir sobre a ideia de bem comum e promoção da justiça mesmo diante dos diferentes contrastes observados naquele contexto histórico de muitas regras e crenças religiosas. A pesquisa se justifica porque o pensamento de Thomas More sobre a ideia de justiça pode ser analisado atualmente, em que a sociedade também se vê à margem de disputas políticas, culturais, econômicas e demais contrates sociais evidentes.

Palavras-chave: Justiça; Pensamento; Humanismo; Thomas More.





Ilegalidade x imoralidade: documentos jurídicos e trabalhos científicos redigidos pela inteligência artificial

RESUMO

A sociedade passa por diversos avanços e entre eles, surgiu a inteligência artificial que permite a facilitação da confecção de documentos jurídicos e trabalhos científicos, o que é muito bom para a agilidade da finalidade que esses documentos proporcionam como da justiça e do desenvolvimento acadêmico. O objetivo geral desta pesquisa é identificar que nem tudo é essencialmente perfeito, assim como nem tudo é perfeitamente regulado e, portanto, essa evolução traz problemáticas a serem pensadas. As consequências desse surgimento podem ameaçar o desenvolvimento da humanidade, por meio do atraso cognitivo que seu uso em excesso e desenfreado pode causar, cabendo aos indivíduos pertencentes à ela em sã consciência e poder racional ajudar o seu próprio crescimento evolucionário.

Palavras-chave: Inteligência artificial, desenvolvimento humano, documentos jurídicos, trabalhos científicos, limitação





Juizado especial cível e acesso à justiça

RESUMO

O Juizado Especial Cível foi criado para dar celeridade aos processos, uma vez que nossos tribunais estão repletos de processos, sendo que muitos deles, mesmo sem ter grandes complexidades, se acumulam nas repartições públicas da justiça à espera de uma solução. O objetivo geral desta pesquisa é mostrar como a Lei 9099/95, proporcionou maior acesso à justiça, principalmente, para as populações mais carentes, cujas condições econômicas tornaria inviável uma discussão mais duradoura sobre os fatos no Poder Judiciário. Como objetivo específico, a proposta é mostrar a diferença de acesso à justiça entre o Juizado Especial e a Justiça Comum, apontando algumas de suas características e eficácia na resolução dos problemas. Além disso, mostrar que o Juizado Especial cumpre uma função social de resolução de conflitos, mesmo com os sérios problemas que ainda podem ser observados. Essa pesquisa se justifica porque o Juizado Especial atende uma grande parcela da população, a qual se constitui na parte mais vulnerável, não só financeiramente como jurídica e culturalmente.

Palavras-chave: Juizado Especial; Cível; Acesso; Justiça.





Bioética e acesso às técnicas de reprodução humana assistida

RESUMO

A manutenção da prole sempre foi uma preocupação do homem. Afinal, a ideia de manutenção da família, desde a Antiguidade, esteve atrelada ao poder de fazer perpetuar seus descendentes, bem como, era sinal de prosperidade. Ocorre, que a ideia de família passou por transformações e o desenvolvimento tecnológico e científico permitiu que a reprodução humana assistida fosse uma alternativa viável para casais com infertilidade ou qualquer outro problema reprodutivo. O objetivo desta pesquisa é mostrar as várias técnicas de reprodução humana assistida, enfatizando que a possibilidade de construção de uma família também se transformou. O objetivo específico é demonstrar a importância da Bioética e do Biodireito diante dessas novas construções familiares, assinalando como elas podem ser benéficas para o ser humano. Essa pesquisa se justifica porque apesar das várias formas alternativas de reprodução humana assistida, todas estão amparadas em lei e não violam a dignidade da pessoa humana, princípio de natureza constitucional e que também está presente em documentos internacionais.

Palavras-chave: Bioética; Acesso; Técnicas; Reprodução Humana Assistida.





Guarda compartilhada x alienação parental

RESUMO

Segundo dados apurados, o Brasil constitui uma média de 31,3% de guardas compartilhadas, atualmente. Desde que entrou em vigor, em 2014, é caracterizada como uma medida ponderada entre seus progenitores, para criação de seus filhos, assim igualando suas responsabilidades sobre ele. Conforme a doutrina específica, a guarda pode ser compartilhada ou unilateral, desde que tenha consenso dos pais ou do juiz (em casos em que não há acordos), para benefício do filho. Entretanto, com divórcios litigiosos, costuma acontecer frequentemente, o fator alienação parental. Onde ocorre disputa entre os pais pela criança, sempre pelo motivo benéfico de ambos. A prática caracteriza-se como uma interferência de formação psicológica, da criança ou adolescente, promovida ou induzida pelo responsável da guarda. Essa prática é considerada como uma violação pelo Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), que pode configurar danos psicológicos a criança ou adolescente, visto que são prejudiciais para formação até a sua fase adulta.

Palavras-chave: Divórcio; Guarda; Unilateral; ECA.





Aristóteles e a justiça como virtude: uma reflexão epistêmica sobre as distorções do justo na sociedade tecnológica

RESUMO

O pensamento aristotélico foi formado a partir dos pré-socráticos, o que lhe permitiu ter uma visão ampla sobre a ideia de justiça e das questões do injusto que permeavam a sociedade de sua época. Abordou os mais variados temas e nos deu a oportunidade de refletir sobre os problemas contemporâneos a partir de seu conhecimento. O objetivo geral desta pesquisa é identificar as várias espécies de justiça identificadas por Aristóteles a partir da criação de sua teoria que informa ser a justiça uma virtude. Reconhece-se, porém, a existência de graves problemas sociais. É possível deduzir que essa virtude anda ausente em vários setores da vida cotidiana. O objetivo específico é refletir de que maneira a ideia do justo pode ser distorcida dentro da sociedade tecnológica, reconhecendo que o juiz tem um papel muito importante na promoção da equidade. A pesquisa se justifica porque o avanço tecnológico nos trouxe muitos benefícios, todavia, também temos encontrado distorções quando analisamos a prática jurídica, a qual não pode se afastar da busca da verdade, sob pena de enfraquecer o Estado Democrático de Direito.

Palavras-chave: Aristóteles; Justiça; Virtude; Distorções; Sociedade Tecnológica.





Embriaguez e a teoria da "actio libera in causa"

RESUMO

O Código Penal, em seu art. 28, determina que a embriaguez, seja ela intencional ou resultante de negligência, não elimina a responsabilidade penal do indivíduo. Além disso, se a embriaguez for premeditada, é considerada um fator que agrava a pena, conforme o art. 61, II, "1". Surge, então, a dúvida de como é possível punir alguém que, ao cometer um crime embriagado, poderia não ter pleno discernimento da ilicitude de seus atos. A resposta está na teoria da "actio libera in causa" (ou "ação livre em sua causa"), que defende que a responsabilidade recai sobre o momento anterior à embriaguez, quando o sujeito optou livremente por consumir álcool ou substâncias similares. Em resumo, o critério para determinar a responsabilidade penal no contexto da embriaguez não se baseia no momento do crime, mas sim no momento em que a pessoa escolheu beber.

Palavras-chave: Embriaguez, Teoria "Actio In Causa", Crime





Inconstitucionalidade do uso de algemas em pacientes psiquiátricos e seu preconceito estrutural

RESUMO

O presente foi realizado pelos autores tendo como princípio fundamental, submissão para publicação e, simpósio de pesquisa no UniFOA, Centro Universitário de Volta Redonda, tendo como objetivo realizar uma análise quanto a (in)constitucionalidade do uso de algemas em pacientes psiquiátricos, trazendo ainda análise de sua licitude por agente policial no momento da prisão. O mesmo ainda análise aspectos relacionados ao elemento do crime, especificamente a inimputabilidade em virtude de doença psiquiátrica e a prática do crime na constância da doença, bem como seus efeitos penais. Para tal análise, foi feito intrinsecamente estudo bibliográfico, como referência, utilizando ainda o próprio diploma penal além de decisão vinculante, neste caso, a súmula nº 11 do STF.

Palavras-chave: Uso de algema; Constitucionalidade; Inimputabilidade.





A sutil manifestação da alienação parental: Análise jurídica e psicológica

RESUMO

Na sociedade, a família é um pilar de extrema importância, que merece especial proteção do Estado devido ao seu impacto fundamental na formação de crianças e adolescentes como indivíduos e cidadãos. Nesse contexto, este artigo se dedica a analisar a alienação parental velada, uma prática na qual um dos genitores exerce uma influência sutil visando prejudicar o relacionamento da criança com o outro genitor. Identificar essa forma de alienação é um desafio complexo, que exige uma atenção cuidadosa. Este fenômeno, que era pouco discutido, passou a receber maior atenção no âmbito judicial desde a promulgação da Lei nº 12.318/10, contudo, ainda não é abordado como deveria. O presente estudo busca aprofundar a compreensão dos impactos prejudiciais dessa alienação na vida das crianças e explicar a importância da atuação do judiciário na prevenção dessa prática.

Palavras-chave: Família; Alienação Parental; Proteção Estatal; Lei nº 12.318/10 e Impactos.





Direito de alimentos decorrentes do vínculo socioafetivo

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo geral: Analisar o reconhecimento da adoção socioafetiva como reflexo na multiparentalidade, no ordenamento jurídico brasileiro e o dever de alimentos. Tendo por escopo analisar os trâmites da instituição familiar, suas obrigações e deveres, isso culminou junto a obrigação alimentar, basearam no fator da não distinção entre filho biológico e filho afetivo, a qual perdurou as obrigações que o novo ordenamento jurídico pontuou, sem distinção. Por fim, trazer ao entendimento como o instituto do Direito Civil, tem analisado a questão alimentar de crianças que tiveram a filiação paterna socioafetiva reconhecida pelo judiciário. O rigor na obrigação e dever de prestar alimentos, que têm os mesmos requisitos e obedece a rigor a mesma legislação para filhos biológicos, entendendo que este se espelhe numa situação afetiva sem laços consanguíneos, mas que tem os mesmos direitos adquiridos através do reconhecimento da filiação socioafetiva.

Palavras-chave: Socioafetiva; Multiparentalidade alimentar; Filiação





A responsabilidade civil do advogado na produção de conteúdo digital

RESUMO

O presente artigo científico visa analisar a responsabilidade civil dos advogados no meio digital em um contexto legal. Com o crescimento exponencial das redes sociais e da influência digital, a presença da comunidade jurídica nos meios digitais também aumentou, muitos advogados adentraram neste mundo e passaram a usar as redes sociais com a intenção de alcançar um número maior de pessoas interessadas no mundo jurídico e em seus assuntos, utilizando as redes sociais para comunicação e prestação de serviços legais, surgem assim novos desafios jurídicos relacionados à responsabilidade ética e profissional desses advogados. O objetivo deste estudo é estudar as questões legais e regulatórias que envolvem a atuação dos presentes advogados no mundo digital, considerando aspectos como publicidade, promoção de seu trabalho e a responsabilidade ética e profissional referente ao seu conteúdo passado aos seguidores e clientes. O presente artigo examinará a legislação e os precedentes judiciais relevantes, destacando as implicações para a responsabilidade civil dos advogados no mundo digital.

Palavras-chave: Responsabilidade Civil, Comunidade Jurídica nos Meios Digitais, Responsabilidade Ética e Profissional, Publicidade.





Vícios redibitórios na compra de veículos Vícios ocultos na compra de veículos

RESUMO

Neste artigo, trataremos de pesquisa acerca dos vícios redibitórios também conhecidos como vícios ocultos na compra de veículos novos e usados no Brasil, no qual dissertaremos a respeito de forma clara e objetiva sobre tais vícios em busca de trazer conceitos, formas de reconhecimento dos mesmos, normas regulamentadoras no direito civil e direito do consumidor, dados estatísticos, exemplos de casos práticos e reais do dia-a-dia do consumidor brasileiro, neste artigo também mostraremos sugestões de resoluções práticas no momento da identificação do problema supracitado, quando buscar seus direitos diretamente junto o fabricante, conhecido com Recall e quando buscá-los judicialmente.

Palavras-chave: Vícios ocultos; Direito civil; Direito do consumidor; Recall.